

Francisco García González y Sandro Guzzi-Hebb (eds.), *Historia de la familia, historia social: Experiencias de investigación en España y en Europa (siglos XVI-XIX)*

Gijón, Ediciones Trea/Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2023, 805 pp. ISBN: 978-84-9044-640-9

Ana Mafalda Lopes ¹

O livro *Historia de la familia, historia social. Experiencias de investigación em España y na Europa (siglos XVI-XIX)* é um encontro entre o passado e o presente da historiografia sobre a família e a história social. Como destacaram os seus editores, Francisco García González, professor catedrático da Universidad de Castilla-La Mancha, e Sandro Guzzi-Heeb, professor na Université de Lausanne, esta obra teve como principal objetivo reunir, pela primeira vez, vários estudos sobre a família na Europa e contribuir para a troca de conhecimentos entre os diferentes contextos académicos. Procurou também assinalar os 40 anos do início do desenvolvimento de estudos sobre a história da família em Espanha e celebrar o 20º Aniversário do Seminario de Historia Social de la Población (SEHISP), da Facultad de Humanidades de Albacete, da Universidad de Castilla-La Mancha. Este livro pretendeu, ainda, dar voz a uma nova geração de investigadores, doutorandos e recém-doutorados, revelando um futuro promissor dentro da história social e da família e a existência de um terreno fértil para novas abordagens, que se querem cada vez mais interdisciplinares e de crescente colaboração internacional.

Esta obra está dividida em quatro partes, contando com 32 trabalhos escritos em cinco línguas diferentes. Esta característica reflete bem o propósito do livro: ser uma obra plural, que estimula a troca de conhecimentos e de novas abordagens historiográficas, recorrendo a uma geografia e cronologia alargadas (do século XVI ao XIX), com o objetivo de comparar os diferentes espaços europeus. No entanto, não se pode deixar de notar a (quase) ausência do contexto português neste livro, que, apesar da proximidade geográfica com Espanha e dos avanços historiográficos verificados nas últimas décadas em Portugal, continua a ter um espaço limitado nas obras ibéricas e europeias, em geral.

¹ Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa
alopes@fcsh.unl.pt

A primeira parte, *La historia de la familia en Europa: balance y perspectiva de investigación*, visa fazer um balanço historiográfico sobre a história social e da família em Espanha, Itália, França, Suíça, Alemanha, Áustria e Noruega, enfatizando as suas contribuições, avanços, desafios e particularidades. Francisco García González enaltece o grande dinamismo e vitalidade da história da família em Espanha, não só pelo elevado número de estudos que foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos, mas também pela constante procura de novas abordagens, sendo, a meu ver, um caso sem paralelo no panorama europeu (p. 53). Verifica-se ainda uma evolução historiográfica comum entre os diferentes contextos a partir do século XX, embora Elena de Marchi e Raffaella Sarti tenham remontado ao século XVIII o interesse pelo estudo da família em Itália, sob a perspetiva da história do direito (p. 107). Nos anos 70 e 80, estes estudos apresentavam sobretudo uma abordagem demográfica e quantitativa, centrada em temas como a fecundidade, o casamento e a composição dos agregados familiares. O impulso dado pela Escola de Cambridge à reconstituição de paróquias e de famílias foi crucial e rapidamente se alastrou a toda a historiografia internacional, continuando ainda hoje a reunir os seus discípulos. No entanto, esta abordagem passou a ser vista como demasiado genérica, não permitindo explicar disparidades nacionais e regionais, e diferenças sociais.

Sobretudo a partir dos anos 90, a micro-história e o interesse pela história da vida quotidiana começaram a ter um peso significativo. Os estudos deixaram de se focar apenas nas elites e nas estruturas institucionais e familiares, para adotarem uma visão de baixo para cima, olhando para aqueles que estavam menos visíveis nas fontes, nomeadamente os grupos populares, os pobres, as pessoas escravizadas, as mulheres e as crianças. Esta mudança de atitude foi impulsionada pelos contributos da sociologia e da antropologia, e por uma maior preocupação com as questões sociais e políticas, que estavam em transformação na transição para o século XXI. Temas como a sexualidade, o afeto, o amor, as trajetórias de vida, a infância, a velhice, a solidão, as solidariedades, o compadrio, os vizinhos, as estratégias familiares, a transmissão da herança, as práticas de reprodução social, os conflitos, as resistências, as migrações e a cultura material passaram cada vez mais a ser considerados. Mais recentemente, a própria mudança no conceito de família, juntamente com o movimento LGBTIQA+, levou à adoção de novas abordagens transdisciplinares e à reconsideração da forma como a história social e da família estava a ser observada, como salientou Margareth Lanzinger (p. 255).

No entanto, enquanto alguns países avançaram na integração da história da família nas suas agendas académicas, como Espanha e Itália, outros foram resistindo à nova onda historiográfica. Vincent Gourdon salienta que, em França, existe ainda uma forte tradição quanto aos estudos demográficos, do parentesco e das elites (p. 181). Monica Miscali e Sandro Guzzi-Heeb revelam que a falta de uma tradição historiográfica na história da família tornou difícil a sua integração académica na Noruega e na Suíça, embora neste último contexto os jovens investigadores se esforcem por trazer alguma vitalidade através do estudo do parentesco e da sexualidade (p. 193, 269). Por fim, Inken Schmidt-Voges nota, por parte da historiografia alemã, uma resistência à história da família, quer por dificuldades conceptuais e linguísticas, quer pela prevalência da história

religiosa e política, devido ao impacto da reforma protestante e do nacional-socialismo (p. 229).

As restantes três partes do livro tratam-se, na sua maioria, de estudos realizados por jovens investigadores, que mostram como a história social e da família pode ser desenvolvida a partir de fontes tão diversas como processos judiciais, registos paroquiais e hospitalares, jornais, plantas arquitetónicas, dados genealógicos, correspondências, diários ou censos da população. A segunda parte do livro, intitulada *Casa, Familia, Redes y Reproducción Social*, conta com oito trabalhos que desenvolvem temas ainda pouco explorados pela historiografia. No estudo de Natalia González Heras, a casa é analisada sob uma ótica inovadora, combinando a análise material da casa e das suas tipologias com o modo como as pessoas a habitavam. A autora mostra ainda como os vários espaços refletem diferentes relações de poder (espaços dos criados e dos senhores), de género (espaços femininos e masculinos) ou de intimidade (espaços privados e públicos) (p. 279).

Por sua vez, os trabalhos de Gabriel Brea-Martínez, Joana Maria Pujadas-Mora e Cécile Alexandre, além de considerarem o parentesco de primeiro e segundo grau em Espanha e França, analisaram também o papel dos irmãos no processo de seleção do casamento (p. 293, 322). Tamara González López observou também as relações de compadrio, mostrando como, na transição para o século XIX, houve uma maior tendência em Espanha para o apadrinhamento entre familiares, como uma forma de evitar a desagregação dos laços em contexto urbano (p. 365). Estas perspetivas são interessantes, uma vez que deixam de se focar apenas na ação dos pais dentro da família, para ressaltar o papel igualmente determinante dos irmãos, tios ou padrinhos nas decisões familiares.

Nesta parte surgem ainda novas perspetivas sobre as redes e a reprodução familiar, com Lucas Rappo e Emilie Fiorucci a salientarem a existência de uma forte endogamia geográfica, profissional e familiar na Suíça e em Itália, sobretudo a partir do século XIX, com o desenvolvimento económico e as mudanças sociais, que levaram algumas famílias a procurarem a estabilidade através do reforço do parentesco (p. 359, 392). Elena Llorente Arribas e Josep San Ruperto Albert, utilizando uma abordagem transnacional, salientaram as estratégias das famílias biscainhas e italianas para uma mobilidade social ascendente, através da manutenção das suas redes comerciais e pessoais, ofícios régios e políticas matrimoniais, mesmo quando a família estava dispersa no império (p. 404, 420).

A terceira parte do livro, *Solidaridad, conflictividad, emociones*, reúne mais oito contribuições que abordam estes temas com uma perspetiva renovada sobre as instituições e os indivíduos. Francesca Ferrando mostra como, em Génova, os asilos que albergavam órfãos, pobres, prostitutas, adúlteras e mendigos, replicavam o imaginário da *casa* e do *pater familias*, constituindo-se nestes espaços uma “família artificial”, que tinha como objetivo prover a educação, religião, correção e proteção (p. 497). No único estudo sobre Portugal, as Misericórdias surgem com um papel de destaque no apoio às famílias pobres, mas a autora salienta a necessidade de se considerar o trabalho assalariado, o mercado de arrendamento, as migrações e o mercado de crédito como fatores que

ajudam a compreender o fenómeno da pobreza (p. 465), embora alguns estudos já o tenham feito.

Quanto ao cuidado informal, Pablo Ortega Del Cerro salienta, para Espanha, o papel crucial dos familiares de terceiro e quarto grau na criação de redes de apoio, e na proteção dos jovens e dos mais velhos, olhando para a pobreza, doença e velhice como os momentos-chave que tornavam esses laços visíveis (p. 449). No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer na análise das redes de apoio e dos cuidadores informais, não por falta de fontes, mas pela necessidade de se utilizarem outras mais variadas e menos óbvias, que dão pistas interessantes sobre a pobreza dentro dos grupos intermédios, como os registos notariais, testamentos, regimentos das corporações ou livros de impostos.

Os estudos de Francisco José Alfaro Pérez, Isabel Melero Muñoz, Katharina Simon, Arno Haldemann e Maria Sofia Mormile focaram-se na conflituosidade e nas emoções. Nesta parte, analisaram-se os conflitos gerados pela sexualidade fora do casamento e pelo casamento forçado (p. 562); pela sucessão de morgados, normalmente estudados do ponto de vista legal (p. 526); e dentro da própria comunidade, examinando-se as estratégias utilizadas pelos vizinhos para a mediação de conflitos e para punição dos comportamentos, agindo como um “governo informal de paróquia” (*parish government*) (p. 539). Também se alertou para a necessidade de se considerarem outros ciclos de vida, como a infância, a juventude ou a velhice (p. 508), tendo-se observado o confronto interior dos jovens príncipes, que se debateram, por um lado, com o dever de lealdade à coroa, e por outro com a afirmação da sua própria independência (p. 592).

Por fim, a quarta e última parte, *Trayectorias, cursos de vida, género*, é composta por nove textos, conciliando a análise das trajetórias sociais e individuais, com questões de género, mobilidade social e dinâmicas familiares, como o estudo de Charlotte Zweynert (p. 792). Álvaro Romero González e Francisco Hidalgo Fernández reconstruíram as trajetórias de famílias de artesãos em Espanha, revelando como o investimento cultural e na educação, a migração para o império ou a transmissão do ofício foram importantes estratégias de mobilidade social, contrariando a tradicional imagem de uma sociedade imóvel (p. 606, 634). Por sua vez, Loraine Chappuis deu um importante contributo para o estudo dos filhos naturais, analisando a ilegitimidade em Génova tanto da perspetiva das autoridades, como das estratégias utilizadas pelas mães solteiras para integrá-los na família ou para os pais assumirem os seus filhos. Os estudos de Elise Voerkel, Inês Arich, Claire-Lise Gaillard e Aicha Limbada mostraram como os pais das elites urbanas francesa e suíça se correspondiam frequentemente com os filhos durante a sua ausência (p. 677), e como continuavam a exercer grande influência mesmo quando se casavam ou entravam na religião (p. 714). A noção de maioridade era distinta da atual, não assegurando uma emancipação dos jovens como entendemos hoje e como também observou Carlos Veja Gómez no seu estudo sobre a tutoria de órfãos em Espanha (p. 723).

Os trabalhos de Raquel Tovar Pulido e Daniel Maldonado Cid focaram-se, por fim, nos agregados domésticos das mulheres sós e cabeças-de-casal na província de Jaén e na Andaluzia. O primeiro estudo destaca uma rutura abrupta entre

o estado matrimonial de casada e de viúva quanto à sua capacidade de ação (p. 746), ideia que estudos mais recentes têm relativizado, como o estudo seguinte, que demonstra como a ausência do marido permitiu às mulheres casadas ingressar no mercado de trabalho e lidar com a precariedade económica, sublinhando a necessidade de se desenvolverem novos estudos sobre as comunidades marítimas para colmatar o vazio historiográfico existente (p. 783).

Por tudo isto, esta obra constitui um valioso contributo para a história da família, abordando uma ampla variedade de temas, fontes, metodologias e perspectivas, com base numa abordagem comparativa e transnacional. Além disso, incita-nos a repensar as conceções tradicionais da família, apontando os caminhos futuros que podem (e devem!) continuar a ser seguidos por esta nova e tão promissora geração de investigadores.